

Jornal Notícias	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	229 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	150515	Página (s):	11

07-02-2007

Voos da CIA

Amado é ouvido pelo Parlamento sobre suspeitas

- Relatório será aprovado pelo PE nessa semana
- MNE deseja que inquérito acabe com dúvidas

O ministro dos Negócios Estrangeiros, que será ouvido dia 16 no Parlamento sobre os voos da CIA em Portugal, espera que o inquérito-crime anunciado pelo Ministério Público "esclareça todas as dúvidas" sobre o alegado transporte de prisioneiros em aviões que aterraram nos Açores, disse hoje à Lusa fonte oficial.

"O MNE espera que se esclareçam todas as dúvidas e garante toda a colaboração tal como tem sido feito até aqui", referiu ontem à Lusa fonte do gabinete.

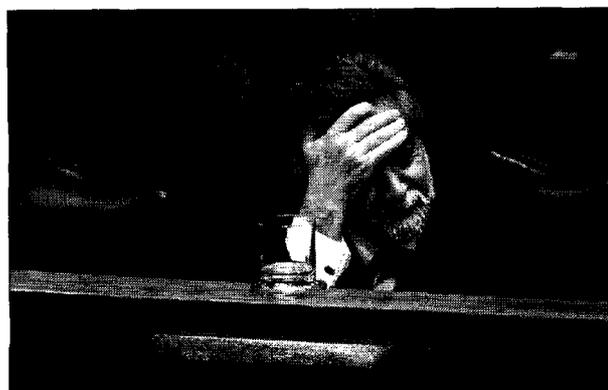
A abertura do inquérito-crime foi anunciada segunda-feira pela procuradora-geral adjunta, Cândida Almeida, que chefia o Departamento Central de Investigação e Acção Penal e servirá para averiguar eventuais situações de "tortura ou tratamentos desumanos e cruéis" em prisioneiros suspeitos de terrorismo.

A decisão do Ministério Público surgiu depois das participações feitas à Procuradoria-Geral da República, pela eurodeputada do PS Ana Gomes e pelo jor-

nalista da "Visão" Rui Costa Pinto. Esperar que o inquérito-crime "esclareça exactamente o que se passou" foi o que afirmou ontem o eurodeputado do PSD, Carlos Coelho, que preside à comissão temporária do Parlamento Europeu sobre a CIA.

Carlos Coelho lembrou que o relatório da Comissão – que será votado para a semana pelo Parlamento Europeu – apela aos Estados-membros que procedam a investigações, parlamentares ou criminais, para averiguar "o que ainda não está claro, as brumas, zonas cinzentas" que subsistam em que o caso português "não é único".

Depois de aludir aos inquéritos judiciais abertos em Itália e na Alemanha que resultaram em várias acusações – contra agentes dos serviços secretos norte-americanos –, Coelho disse confiar "na independência das instituições judiciárias nacionais", admitindo "que haja responsáveis que tenham pecado por omissão, outros por acção, e outros abusados na sua boa-fé". <



Luis Amado diz esperar que inquérito elimine todas as dúvidas

